

# PREGÃO ELETRÔNICO

90055/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

986475

## **OBJETO**

Registro de Preços para fornecimento contínuo de pães, com entrega ponto a ponto, para atender as necessidades dos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de Guarujá.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 192.999,18 (Cento e noventa e dois mil novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 01/07/2026 às 09h 30 (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por Item

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## SUMÁRIO

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
11.	DOS RECURSOS .....	19
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
14.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	23
15.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23
16.	ANEXOS.....	25



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

(Processo Administrativo nº 39578/2025)

Torna-se público que o **Município de Guarujá**, com sede na Av. Santos Dumont, 800, na cidade de Guarujá, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04 – **UASG nº 986475**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **Fernando Antônio de Almeida Monte**, responsável pela **Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.833<sup>1</sup>, de 17 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para fornecimento contínuo de pães, com entrega ponto a ponto, para atender as necessidades dos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de Guarujá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o

<sup>1</sup> Decreto Municipal 15.833/2023:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/g/guaruja/decreto/2023/1584/15833/decreto-n-15833-2023-regulamenta-a-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-que-dispoe-sobre-licitacoes-e-contratos-administrativos-no-municipio-de-guaruja-e-da-outras-providencias>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- h) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

3.7. O impedimento de que trata o item “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “b” e “c”, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens “b” e “c” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art.4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, quando houver exigência no Anexo V (Termo de Referência) e sob pena de desclassificação, deverá ser enviada concomitantemente à proposta e aos documentos de habilitação, devendo o licitante realizar o upload do comprovante no sistema eletrônico, no campo destinado aos anexos da proposta, observados os prazos e modalidades descritos neste Edital.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, devendo ser cotados com centavos de **no máximo 02 (duas) casas decimais**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta eletrônica de preço deverá estar acompanhada de "Planilha Proposta Comercial", elaborada nos moldes do Anexo II do edital e preenchida em todos os seus itens, com o preço ofertado pela licitante.

5.2.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributo sem percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresa se empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistir em custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, competindo à comissão técnica analisar a adequação com o termo de referência. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Anexo V, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitar em cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 55a art. 57 do Decreto nº 15.833/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.6. Fraudar a licitação.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5 à 15% (XXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15 à 30% (XXXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações serão formulados em campo próprio do sistema, ou através de e-mail, no endereço eletrônico [pregao.guaruja@gmail.com](mailto:pregao.guaruja@gmail.com).**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.

14.2. As Notas Fiscais de Aquisição de Bens e Materiais deverão ser entregues nos Almoxarifados e as Notas Fiscais de Prestação de Serviços no Setor de Protocolo Geral – Paço Raphael Vitiello, já atestadas pelo responsável da Unidade onde o serviço foi executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua emissão, constando em seu corpo o número do empenho correspondente, número da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), bem como a indicação da Secretaria requisitante, conforme Instrução Normativa 01/2021, da Controladoria Geral do Município acompanhadas dos comprovantes de recebimento provisório dos produtos.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

## EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado destalicitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico ([www.guaruja.sp.gov.br](http://www.guaruja.sp.gov.br)).

15.11. Todos os atos relativos a esta licitação serão publicados no Diário Oficial da Cidade bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.12. As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta recursos consignados no orçamento vigente, conforme segue:

**Órgão: 07.01 / 07.02 Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

**Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00**

**Origem dos Recursos:**

**01 – Tesouro**

**02 – Transferências e Convênios Estaduais**

**05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados**

**92 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados – Exercícios Anteriores**

**95 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados – Exercícios Anteriores**

15.13. As condições de entrega estarão definidas no Anexo V.

15.13.1. O objeto da licitação será devolvido na hipótese de não corresponder às especificações contidas no Anexo V, deste Edital, devendo ser substituído no prazo máximo de **02 (duas) horas**, sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento convocatório e legislação pertinente.

15.14. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **16. ANEXOS**

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – Planilha de Preços Referenciais;**

**ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;**

**ANEXO III – Modelo da Ata de Registro de Preços;**

**ANEXO IV – Modelo da Autorização de Fornecimento;**

**ANEXO V – Termo de Referência.**

**Guarujá, 10 de Junho de 2026.**

**FERNANDO ANTÔNIO DE ALMEIDA MONTE**

**SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

## ANEXO I

### PLANILHA DE PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	CÓDIGO
01	4.125	KG	PÃO FRANCÊS (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	R\$ 19,99	R\$ 82.458,75	460380
02	1.375	KG	PÃO FRANCÊS (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	R\$ 19,99	R\$ 27.486,25	460380
03	2.200	KG	PÃO DE CARÁ (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	R\$ 27,06	R\$ 59.532,00	460397
04	269	KG	PÃO DE FORMA (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	R\$ 26,00	R\$ 6.994,00	460401
05	50	KG	PÃO DE HAMBURGUER (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	R\$ 23,93	R\$ 1.196,50	460387
06	504	KG	PÃO DE COCO (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	R\$ 30,42	R\$ 15.331,68	460394

**Valor Estimado Global: R\$ 192.999,18 (Cento e noventa e dois mil novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).**

- Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item mais semelhante ao descrito no Termo de Referência (Anexo V). Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V), **PREVALECERÁ** o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).
- A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.
- Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	MARCA E/OU FABRIC	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	4.125	KG	PÃO FRANCÊS (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	460380			
02	1.375	KG	PÃO FRANCÊS (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	460380			
03	2.200	KG	PÃO DE CARÁ (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	460397			
04	269	KG	PÃO DE FORMA (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	460401			
05	50	KG	PÃO DE HAMBURGUER (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	460387			
06	504	KG	PÃO DE COCO (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	460394			

Havendo divergência no descritivo licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V) **PREVALECERÁ** o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).

A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.

**O sistema COMPRAS.GOV é utilizado somente para realizar o procedimento licitatório eletrônico.**

A apresentação da proposta Comercial vincula a aceitação das condições abaixo:

1. Condições de entrega: Conforme Anexo V do Edital;
2. Condições de pagamento: conforme item 14 do Edital;
3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
4. O e-mail fornecido para o envio das Autorizações de Fornecimento deverá estar sempre atualizado;
5. Será considerado como recebido o e-mail de Autorização de Fornecimento após 48 horas da data de seu envio, quando não ocorrer a confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento enviada, para todos os fins legais.

**Nome do Banco:**

**Número do Banco:**

**Nome da Agência:**

**Número da agência:**

**Conta Corrente:**

Declaro expressamente que estou ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos, e que todos os itens cotados estão de acordo com o especificado no **Anexo V** do Edital, ressaltando que em seus preços estão inclusas as despesas diretas e indiretas decorrentes da contratação.

**Local e Data**

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**

**NOME/RG/CPF/CARGO/CARIMBO CNPJ**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

**ANEXO III**

**Modelo da Ata de Registro de Preços**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../2026**

REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O  
**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ** E A EMPRESA **XXXXXXX**,  
PARA AQUISIÇÃO DE **PÃES, COM ENTREGA PONTO A**  
**PONTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS**  
**EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE**  
**DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**  
**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ.**

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, com sede na Avenida Santos Dumont, 800 – Santo Antônio, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04, neste ato representado pelo(a) **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ Sr(a). \_\_\_\_\_**, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal nos termos do decreto nº 16.547 de 23/01/2025, a seguir nomeada tão somente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_ com sede \_\_\_\_\_, (bairro, cidade, Estado) CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_ doravante nomeada apenas **CONTRATADA**, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico 55/2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no Diário Oficial do Município de Guarujá de ...../...../202....., **Processo Administrativo nº 39578/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 15.833, de 17 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para fornecimento contínuo de pães, com entrega ponto a ponto, para atender as necessidades dos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de Guarujá**, conforme especificações no





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Termo de Referência vinculado ao Processo Administrativo nº 39578/2025 sendo parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados e homologados.

**Parágrafo único:** O objeto do presente ajuste deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**Parágrafo único** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

3.1. As despesas decorrentes desta ata, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente, cujo elemento de despesa específico constará da respectiva Nota de Empenho correspondente a Unidade Administrativa Requisitante, conforme segue:

**Órgão:**

**07.01 / 07.02 Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social**

**Elemento de Despesa:**

**3.3.90.30.00**

**Origem dos Recursos:**

**01 – Tesouro**

**02 – Transferências e Convênios Estaduais**

**05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados**

**92 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados – Exercícios Anteriores**

**95 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados – Exercícios Anteriores**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Fica vedada a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes externos à Administração Municipal.

4.2. A utilização da presente Ata de Registro de Preços pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município poderá ocorrer mediante apostilamento, desde que devidamente comprovada a vantajosidade da utilização, nos termos do art. 58 do Decreto Municipal nº 15.833/2023.

4.3. **Parágrafo único:** Para fins desta Ata, entende-se como Administração Direta as Secretarias Municipais e órgãos equiparados.

### Vedação a acréscimo de quantitativos e subcontratação

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato de corrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 15.833/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 56 do Decreto nº 15.833/2023.

## 9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 40º, inc. IX, do Decreto nº 15.833/2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

10.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

**ANEXO III.A**  
**CADASTRO DE RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

**ANEXO IV**

**Modelo da Autorização de Fornecimento**

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

AV. SANTOS DUMONT, 800 – SANTO ANTONIO

C.N.P.J. 44.959.021/0001-04

TELEFONE (13) 3308-7000 – FAX (13) 33087018

DATA

PÁGINA X

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇOSAF-N XXXXXX/XXXX

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXX

TELEFONE: XXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX

CIDADE: XXXXXXXXXXXX

ESTADO: XXXXXXXX

FAX: XXXXXXXX

BAIRRO: XXXXXXXXXXXXXXXX

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	R.M.	VL UNIT	VL TOTAL
XXX	XXXXX	XXXXXXX	XXXXX	XXXXXX	XXXXXXXX

DESTINO:

VALOR TOTAL DO PEDIDO - XXXXXXXX

ÓRGÃO:

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

PRAZO DE ENTREGA:

OBSERVAÇÕES:

DIVISÃO DE COMPRAS

OBS.: - PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NESTA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, FICAM V.S.<sup>a</sup>, SUJEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E EDITAL;  
- O NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DEVERÁ CONSTAR EM SUA NOTA FISCAL;  
- OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE NÃO ESTIVEREM DE ACORDO COM ESTE PEDIDO, DEVERÃO SER REFEITOS.  
- ESSA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO VINCULA-SE A TODAS AS NORMAS PREVISTAS EM EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

---

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

## **ANEXO V**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>1 de 25</b>

## 1 - OBJETO

Registro de Preços para fornecimento contínuo de pães, com entrega ponto a ponto, para atender as necessidades dos equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço por Item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Ata de Registro de Preços

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 39578/2025

## 2 - JUSTIFICATIVAS

### 2.1 Justificativa técnica para aquisição

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais.

Essa garantia deve ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; harmônica em qualidade e quantidade atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio e moderação.

A Emenda Constitucional n. 64, aprovada em 2010, introduziu no artigo 6. da Constituição Federal, a alimentação como direito universal. (Brasil, 1990).

Nesse sentido, o Estado Brasileiro publicou a Lei no 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006) e o Decreto 7.272/2010 – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006b).

A Lei e o Decreto apresentam, entre as suas bases diretivas, o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição, objetivando atuar no combate à fome, à pobreza e a promoção de alimentação adequada e saudável.

Os gêneros alimentícios solicitados serão utilizados para composição de alimentação ofertada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social aos usuários dos serviços socioassistenciais do Município.

Sendo assim, essa alimentação será fornecida ao seguinte público-alvo:

- Às crianças, adolescentes, adultos, idosos, população em situação de rua e pessoas com

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>2 de 25</b>

necessidades especiais, assistidos nos equipamentos Casa de Passagem, Casa de Acolhimento, Acolhimento República, Residência Inclusiva, Casa Artemis, Segan, Acolhimento José Calherani e Centro POP (adultos);

- Aos idosos assistidos no Centro de Atividades da Terceira Idade (CATI) (maiores de 60 anos),
- Às famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados que são assistidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- Às famílias assistidas e acompanhadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), inseridas nos programas de transferência de renda dos governos Estadual e Federal (mulheres maiores de 18 anos, crianças e adolescentes de 2 a 17 anos e 11 meses).

Ainda importante dizer que ao público dos Acolhimentos e Casa de Passagem é ofertada seis refeições diárias (desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia), já o público atendido nos CRAS, CATI, Centro POP e CREAS é ofertado lanche.

Em acréscimo, ressaltamos que os produtos solicitados, são de extrema importância na alimentação diária, pois além de fazerem parte habitual da rotina alimentar do ser humano, eles integram todas as fontes alimentares para o perfeito equilíbrio nutricional, seguindo cardápio elaborado por nutricionista habilitada.

Desta forma, pretende a Municipalidade garantir a alimentação diária, total, balanceada e atendendo aos princípios de variedade, de forma a contribuir não só com uma alimentação saudável, como também garantir que a ingestão correta e suficiente para cada indivíduo acolhidos ou assistido pela Municipalidade.

## 2.2 Da opção do Sistema de Registro de Preços de menor preço por item

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever com exatidão o consumo diário flutuante das unidades administrativas, conferindo à administração a flexibilidade necessária para requisitar os itens conforme a demanda real.

Para maximizar a competitividade e assegurar a obtenção das melhores propostas de valor, a divisão do objeto por item, optando pelo menor preço, mostra-se tecnicamente factível e economicamente estratégica. Essa medida visa atrair um número significativamente maior de licitantes e, conseqüentemente, aprimorar a relação custo-benefício para a administração, o que aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

## 2.3 Da fundamentação e descrição da necessidade da contratação

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026/2027, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

A escolha pela contratação de empresa especializada para o fornecimento de pães e produtos de padaria

fundamenta-se na natureza essencial e perecível do objeto, exigindo um modelo de execução por entrega parcelada. Tal formato é o único capaz de garantir o frescor dos produtos e o atendimento aos padrões nutricionais exigidos, evitando o desperdício de recursos públicos com estoques inviáveis para gêneros alimentícios desta categoria.

## 2.4 Sobre a justificativa do objeto pertencer à classe Natureza Comum:

Justifica-se que o objeto pertence à classe Natureza Comum, pois é o mais adequado para este tipo de compra, abrange aquisição cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais no mercado.

## 2.5 Sobre o descritivo e código COMPRAS.GOV

Utilizou-se como parâmetro, os códigos e unidades de medidas descritas pelo COMPRAS.GOV, havendo assim, objetos idênticos ou análogos aos apresentados

neste sítio eletrônico. Contudo, havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código do COMPRAS.GOV e descritivo constante no termo de referência, prevalecerá o descritivo especificado no Termo de Referência.

## 2.6 SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação, limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, exclusivamente para a execução de atividades acessórias ou complementares ao fornecimento dos produtos, tais como transporte, entrega, instalação de equipamentos, adaptação ou serviços correlatos.

A subcontratação não se aplica ao fornecimento principal dos produtos, que deverá ser executado diretamente pela contratada. A contratada permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade, garantia, prazos e demais condições previstas no edital e no contrato. A subcontratação não estabelece qualquer relação jurídica entre a Administração e a subcontratada, cabendo exclusivamente à contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução.

## 3 - DESCRIÇÃO

ITEM	UN	QTDE SEDEAS	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO
1	kg	5500	<b>PÃO FRANCÊS DE 50g</b> <b>CÓDIGO COMPRASGOV:</b>	Pão tipo francês de 50g, contendo basicamente farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento biológico, água. O pão deverá ser



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tel.: (13) 3308-7780 | www.guaruja.sp.gov.br | sedcas.guaruja@gmail.com



**Edição:** 01

**Data:** 25/05/2026

**Revisão:** 01

**Página:** 4 de 25

			460380 SIAM: 033.00006.0040-01	fabricado a partir de matérias primas de primeira qualidade, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os pães mal cozidos, queimados, de
				características organolépticas anormais. Validade não superior a 01 dia após a entrega.  Deverão ser acondicionados em embalagem atóxica própria para conter alimentos, com 10 a 50 unidades, contendo etiqueta com a indicação de peso, nome da unidade recebedora, identificação do produto, endereço do fabricante, data de fabricação e validade.  Deverão ser posteriormente acondicionados em caixas plásticas forradas com papel branco ou saco plástico transparente e transportados em carros fechados exclusivos para entregas de pães.
2	kg	2200	<b>PÃO DE CARÁ DE 50g</b> <b>CÓDIGO COMPRASGOV:</b> 460397 SIAM: 033.00006.20-01	Pão de cará de 50 g, contendo basicamente farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cará cozido, açúcar, sal, fermento biológico, água. O pão deverá ser fabricado a partir de matérias primas de primeira qualidade, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os pães mal cozidos, queimados, de





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tel.: (13) 3308-7780 | www.guaruja.sp.gov.br | sedcas.guaruja@gmail.com



Edição: 01

Data: 25/05/2026

Revisão: 01

Página: 5 de 25

				características	organolépticas
					<p>anormais.</p> <p>Validade não superior a 01 dia após a entrega.</p> <p>Deverão ser acondicionados em sacos atóxicos, próprios para gêneros alimentícios, hermeticamente fechados, contendo de 10 a 30 unidades.</p> <p><b>Rotulagem:</b> No rótulo deverá conter: marca, identificação do produto, peso, nome, endereço do fabricante, data de fabricação e/ ou validade, número do lote, número do registro no órgão competente</p> <p>Deverão ser posteriormente acondicionados em caixas plásticas forradas com papel branco e transportados em carros fechados exclusivos para entregas de pães.</p>
3	kg	269	<p><b>PÃO DE FORMA</b></p> <p><b>CÓDIGO COMPRASGOV:</b> 460401</p> <p><b>SIAM:</b> 033.00006.23-01</p>	<p><b>PÃO DE FORMA:</b> pão em embalagens de 500 g com 20 fatias de 25 gramas cada. Contendo basicamente farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, fermento, emulsificantes e conservadores. O pão deverá vir em fatias. Serão rejeitados os pães mal cozidos, queimados, de características organolépticas anormais. Validade não inferior a 07 dias após a entrega.</p>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tel.: (13) 3308-7780 | www.guaruja.sp.gov.br | sedcas.guaruja@gmail.com



**Edição:** 01

**Data:** 25/05/2026

**Revisão:** 01

**Página:** 6 de 25

				<p><b>Embalagem:</b> Pacote plástico atóxico, transparente e termo soldado de 500g com 20 fatias de 25 gramas cada.</p> <p>Serão consideradas impróprias e recusadas as embalagens defeituosas ou inadequadas, que exponham o produto a contaminação e/ou deterioração.</p> <p>Deverão ser posteriormente acondicionados em caixas plásticas forradas com papel branco ou saco plástico transparente e transportados em carros fechados exclusivos para entregas de pães.</p> <p><b>Rotulagem:</b> No rótulo deverá conter: marca, identificação do produto, peso, nome, endereço do fabricante, data de fabricação e/ ou validade, número do lote, número do registro no órgão competente</p>
4	kg	50	<p><b>PÃO DE HAMBÚRGUER</b></p> <p><b>CÓDIGO COMPRASGOV:</b> 460387</p> <p><b>SIAM:</b> 033.00006.47-01</p>	<p><b>PÃO DE HAMBÚRGUER:</b> Contendo basicamente farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, glúten, emulsificantes e conservadores. Serão rejeitados os pães mal cozidos, queimados, de características organolépticas anormais. Validade não inferior a 07 dias após a entrega.</p> <p><b>Embalagem:</b> Pacote plástico atóxico, transparente e termo soldado de 300g, contendo 6 pães de 50 gr.</p> <p>Serão consideradas impróprias e recusadas as embalagens defeituosas ou inadequadas, que exponham o</p>

				<p>produto a contaminação e/ou deterioração.</p> <p><b>Rotulagem:</b> No rótulo deverá conter: marca, identificação do produto, peso, nome, endereço do fabricante, data de fabricação e/ ou validade, número do lote, número do registro no órgão competente.</p> <p>Deverão ser posteriormente acondicionados em caixas plásticas forradas com papel branco ou saco plástico transparente e transportados em carros fechados exclusivos para entregas de pães.</p>
5	Kg	504	<p style="text-align: center;"><b>PÃO DE COCO</b></p> <p><b>CÓDIGO COMPRASGOV:</b> 460394</p> <p><b>SIAM:</b> 033.00006.0032-03</p>	<p>Pão de Coco: Contendo basicamente farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, coco ralado, ovo, fermento biológico e sal. Não deve conter gordura trans e gordura vegetal hidrogenada. Pão redondo individual de 40 gramas cada. Serão rejeitados os pães com características organolépticas anormais. Validade: determinado pelo fabricante e descrito na embalagem. <b>Rotulagem:</b> No rótulo deverá conter: marca, identificação do produto, peso, nome, endereço do fabricante, data de fabricação e/ ou validade, número do lote, número do registro no órgão competente.</p> <p><b>Embalagem:</b> pacote plástico atóxico transparente e termo soldado ou com lacre de 400g com 10 unidades de 40 gramas. Serão consideradas</p>
				<p>impróprias e recusadas as embalagens defeituosas ou inadequadas, que exponham o produto a contaminação e /ou deterioração.</p>

### 3.1 ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	OBJETO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	----	------	-------------------	----------------

01	Pão Francês	KG	5500		
02	Pão Cara	KG	2200		
03	Pão de Forma	KG	269		
04	Pão de Hambúrguer	KG	50		
05	Pão de Coco	KG	504		

#### 4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

##### 4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Registro comercial, no caso de empresa individual.

Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a sede da licitante (com prazo de validade em vigor) ou ato constitutivo e alterações subsequentes ou contrato social consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Sendo o licitante Microempreendedor Individual, apresentar o CCMEI (Certificado do Cadastro do Microempreendedor Individual) expedido através do site portal do empreendedor: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo acompanhada dos nomes e endereço dos diretores em exercício, no caso de sociedades simples.

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### 4.2 REGULARIDADE FISCAL

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358/14, de 05 de setembro de 2014.

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do

licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

Certidão de regularidade de débito com a(s) Fazenda(s) Estadual e/ou Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto do certame.

A prova de regularidade perante a Fazenda Estadual se dará por meio da Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa, cujo prazo da expedição, para efeito de validade, deverá ser de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a entrega dos envelopes, se outro prazo de validade não lhe constar expressamente.

A prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da certidão negativa de débitos referentes a tributos mobiliários municipais. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação em original ou cópia autenticada do "CRF"- Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas "CNDT", obtida em "<http://www.tst.jus.br/certidao>", em atendimento a Lei 12.440/11, conforme o parágrafo 4º, do art. 91 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### 4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, com quantitativo de pelo menos 50% da contratação pretendida. (obs.: será admitido o somatório dos atestados para comprovação da capacidade técnica da licitante, sem restrição quanto aos períodos dos contratos.

4.3.2 Para a comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá comprovar que fornece ou forneceu os **itens de relevância**, conforme especificações abaixo:

Item	Unidade	50%	Objeto
1	kg	2.750	Pão francês
2	kg	1100	Pão de cará

4.3.3 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

#### 4.4 QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA:

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>10 de 25</b>

A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

- I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

#### 4.5 DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS

Declaração de que reúnem condições de apresentar, caso vencedor do certame, alvará sanitário emitido pelo órgão competente que comprove que a empresa foi vistoriada pelo serviço de vigilância estadual ou municipal, no prazo estabelecido oficialmente, e que demonstrem que a empresa está apta para o seu funcionamento regular, em congruência a redação do inciso IV, do artigo 10 da lei 6437/77;

Declaração, assinada por quem tenha poderes para representação jurídica da licitante, de que, sob as penas da lei, possui condições de apresentar, caso seja vencedora do certame, documento de disponibilidade de veículos adequados para o transporte de gêneros alimentícios, nos moldes da legislação vigente, em especial a Portaria CVS 15 de 07/11/1991 e Portaria CVS 05 de 09.04.2013, declarando ainda sua disponibilidade para o início do ajuste.

Declaração de que, caso seja vencedora da licitação, apresentará documento de inspeção sanitária dos veículos a serem utilizados na entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência.

Declaração, assinada por quem tenha poderes para representação jurídica da licitante, de que, sob as penas da lei, possui condições logísticas de atender a integralidade do objeto licitado, nos moldes das condições de entrega aqui estabelecidas.

### 5 – FORMA DE ENTREGA

5.1 A entrega deverá ser de forma parcelada e realizada conforme designação da Secretaria requisitante quanto ao local e quantidade.

5.2 Poderão ocorrer mais de 01 entrega no mesmo dia.

5.3 O transporte dos produtos deverá ser realizado em veículos fechados e adequados para o tipo de entrega.

5.4 Os produtos deverão seguir o padrão de qualidade, segundo legislação vigente, assim como: Decreto Estadual 12.342 de 27/09/78- Normas Técnicas de Alimentos; Código Sanitário Municipal; Lei 8078/90 do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.

5.5 Visando à proteção, à saúde dos usuários e funcionários atendidos, a Contratada se comprometerá a

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedecas.guaruja@gmail.com	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>11 de 25</b>



atender as exigências técnicas estabelecidas pela ANVISA em suas últimas edições e/ou revisões assim como outras normas técnicas internacionalmente reconhecidas.

5.6 Os produtos fornecidos deverão seguir padrão de qualidade, segundo legislação vigente (SIF, SISP ou SIM).

5.7 Não serão recebidos os produtos cujo acondicionamento apresentar sinais de violação.

5.8 Os produtos serão devolvidos na hipótese de não corresponder às especificações contidas neste termo de referência, devendo ser substituídos pela empresa detentora do contrato no prazo máximo de 2 (duas) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital e em lei.

5.9 HORÁRIOS DE ENTREGA para execução dos serviços deverá a Contratada observar e respeitar o horário e local para entrega dos pães, sendo:

5.9.1 De segunda à sexta-feira, exceto pontos facultativos e feriados, nos CRAS, CATI, CREAS, Casa Artemis e Centro Pop entre 8:00h e 11:00. Nas Casas de Passagem, Casa de Acolhimento, Acolhimento República, Residência Inclusiva e Albergue, sendo essas 24 horas, deverá ser entregue entre 6:00h e 10:00.

## 6 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 As entregas serão realizadas, ponto a ponto, conforme autorização de fornecimento emitida, nos seguintes locais:

<b>Equipamentos SEDEAS</b>	<b>ENDEREÇOS</b>
República	Rua: Benjamin Constant, nº 388 - Centro
Acolhimento 1	Rua: Presidente Kennedy, 922 - Jd. Helena Maria
Casa de Passagem	Rua: Paulo Orlandi, 229 - Vila Santo Antônio
Residência Inclusiva	Rua: Cavaleiro Nami Jafet, 274 - Centro
Albergue (Acolhimento José Calherani)	Rua: Manoel Otero Rodrigues, 389 Jd. Boa Esperança
CRAS Enseada	Rua: Des. Plínio Carvalho Pinto, 19 Bal. Cidade Atlântica
CRAS VC	Rua: Cunhambebe, 380 Vila Alice
CRAS Morrinhos	Rua: Manoel Vicente Brito s/número
CRAS Santa Rosa	Rua: Azulil Loureiro, 1020
Centro Pop	Rua: Orlando Silva, a frente do 401



 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>12 de 25</b>

CATI	Rua: Buenos Aires, 221, Vila Maia
Casa Artemis	Rua Washington 700 - Centro
Segan	Rua Washington 700 - Centro
CREAS	Rua Cavaleiro Nami Jafet, 698 - Centro

6.2 Poderão ser acrescentados ou suprimidos locais, conforme necessidade dos equipamentos requisitantes.

## 7 - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 As entregas deverão ocorrer na semana imediatamente subsequente ao do pedido encaminhado pela Secretaria solicitante, desde que respeitado o interstício mínimo de 4 (quatro) dias entre o encaminhamento do pedido e a efetiva data da entrega.

7.2 No momento da entrega, o equipamento, assinará 3 vias do romaneio de entrega, conferindo: tipo de alimento, quantidades e qualidade. Deverá assinar, carimbar e datar as 3 vias entregando 2 vias de volta ao contratado. Qualquer divergência deverá ser notificada nas 3 vias. Após todas as entregas, o contratado deverá encaminhar imediatamente uma das vias a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional – a rua Washington 700 centro – Guarujá.

7.3 presente registro de preço terá a validade de 12 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme legislação vigente.

## 8 - VALIDADE DO PRODUTO/GARANTIA DOS SERVIÇOS

O prazo de validade dos produtos (pão francês, pão cará) deverá ser de 01 (um) dia a contar da data da entrega. O Pão de Forma e o Pão de Hambúrguer deverá ter validade não inferior a 7 dias, a partir da data da entrega e o pão de Coco deverá ser de no mínimo até 3 dias.

8.2 O item entregue em não conformidade com o estabelecido neste termo de referência deverão ser repostos em no máximo 2 horas, da constatação da irregularidade, para que a atividade não seja prejudicada.

## 9 - CONSÓRCIO E AMPLA PARTICIPAÇÃO

9.1 A Administração optou pelo parcelamento da solução em itens individuais, fundamentando-se no Art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, por ser técnica e economicamente viável diante da natureza dos gêneros alimentícios de panificação. Esta estratégia visa a ampliação da competitividade, permitindo que fornecedores de diferentes portes disputem itens conforme sua capacidade, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa ao evitar que preços elevados de produtos específicos sejam "mascarados" por

valores globais, além de conferir maior segurança no abastecimento por meio da diversificação de contratados.

9.2 Ressalte-se que a exigência de logística "ponto a ponto" nas unidades da SEDEAS (CRAS, CREAS, CATI e Acolhimentos) não obsta o parcelamento, dada a capilaridade do mercado local para realizar entregas independentes.

9.3 Para a execução do objeto, será admitida a participação de empresas individualmente ou reunidas em consórcio, visando potencializar a competitividade e a eficiência logística, desde que observadas as regras de liderança e constituição previstas no Edital. Em estrito cumprimento à Lei Complementar nº 123/2006, o certame assegurará o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), estabelecendo a exclusividade de participação para itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o Art. 48, I, da referida Lei. Nos itens que eventualmente ultrapassarem este patamar, será garantida a ampla participação, resguardado o direito de preferência (empate ficto) e, conforme viabilidade técnica, a reserva de cota de até 25% para ME/EPPs, promovendo o fomento do mercado local e a justiça social nas contratações públicas.

9.4 Diante da necessidade de cadastramento individualizado no sistema Compras.gov.br, promoveu-se a reestruturação dos itens da seguinte forma: divisão de cotas (75% ampla concorrência / 25% reservada) para o Pão Francês e exclusividade para micro e pequenas empresas nos demais itens.

ITEM	OBJETO / DESCRIÇÃO	UN	QTDE TOTAL	DESTINAÇÃO / COTA (LEI 14.133/21)
01	PÃO FRANCÊS DE 50g	KG	4.125	Ampla Concorrência (75%)
02	PÃO FRANCÊS DE 50g	KG	1.375	Cota Reservada para ME/EPP (25%)
03	PÃO DE CARÁ DE 50g	KG	2.200	Cota Exclusiva para ME/EPP (100%)
04	PÃO DE FORMA	KG	269	Cota Exclusiva para ME/EPP (100%)
05	PÃO DE HAMBÚRGUER	KG	50	Cota Exclusiva para ME/EPP (100%)
06	PÃO DE COCO	KG	504	Cota Exclusiva para ME/EPP (100%)

Foram adotados os seguintes critérios fundamentados na Lei nº 14.133/2021:

- Itens 01 e 02 (Pão Francês - Total: 5.500 KG): Foi aplicada a divisão em cotas por se tratar de bem de natureza divisível, onde a quantidade total supera o limite legal.
- Item 01 (75%): Destinado à Ampla Concorrência ( $5500 * 0,75 = 4125$  kg).
- Item 02 (25%): Cota reservada para a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ( $5500 * 0,25 = 1375$  kg), nos termos do Art. 48, § 3º da LC 123/06 e regulamentação da AGU.

Itens 03, 04, 05 e 06 (Cota Exclusiva ME/EPP): Como os valores estimados para cada um destes lotes/itens isolados não ultrapassam o limite de receita para contratação exclusiva de ME/EPP, eles foram configurados como 100% Exclusivos, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional em estrita

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>14 de 25</b>

observância ao Art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, acreditamos não haver restrição de participação baseada no porte das empresas, garantindo a isonomia e a competitividade com seleção de proposta mais vantajosa à Administração Pública.

## 10 - FISCAL

10.1- O Fiscal do ajuste deverá acompanhar e fiscalizar da presente contratação:

10.1.1 Verificando as medições apresentadas, notas fiscais emitidas, observando as datas de emissão, a descrição dos produtos, as quantidades, valores e os dados de AF e empenho.

10.1.2 Apontando quaisquer inadequações verificadas nas notas fiscais a serem retificadas pelos fornecedores, no prazo de 24 horas.

10.1.3 Recusando imediatamente o recebimento de quaisquer produtos em desconformidade com as especificações da contratação.

10.1.4 Relatando a ocorrência a contratada, imediatamente ou no primeiro horário do dia subsequente, caso o recebimento tenha ocorrido ao final do horário de expediente ou fim de semana.

10.1.5 Quando necessário, realizando contato com o fornecedor para dar celeridade à regularização da ocorrência, para que não se comprometa a contratação.

10.2 – A fiscalização do ajuste será realizada pela Fiscal do Registro de Preços, Sr. Wagner Fabrício dos Santos Cruz, Prontuário 24.447 , que deverá acompanhar e fiscalizar o ajuste ainda:

10.2.1 Notificando, tempestivamente e por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega dos produtos, objeto do ajuste, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.2.1.1 As comunicações com a contratada serão efetuadas via telefone e/ou e- mail, com o objetivo de notificar e esclarecer quaisquer ocorrências, para que se preservem as boas condições de fornecimento.

10.2.2 Providenciando, quando houver a ocorrência de não conformidade, que não tenha sido regularizada pela Contratada de forma amistosa, registro da falta de êxito na solicitação, providenciando abertura de procedimento administrativo específico para possíveis aplicações de sanções.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>15 de 25</b>

10.3 – Sempre que detectadas quaisquer irregularidades, por qualquer das partes envolvidas, deverão ser informadas imediatamente ao Fiscal do Contrato para que possa proceder as medidas cabíveis para sanar a não conformidade apresentada.

10.4 – O exercício de fiscalização pelo Município, não exime a contratada das responsabilidades assumidas, em especial no tocante à boa qualidade dos produtos fornecidos e o cumprimento aos prazos de entrega, bem como o acompanhamento dos saldos das autorizações de fornecimento e da Ata em vigor.

## 11 – VISITA TÉCNICA

11.1 Não se aplica

## 12 – AMOSTRA DOS PRODUTOS

12.1 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá apresentar amostra dos itens em que se sagrar vencedora, em até 05 (cinco) dias úteis, após a sessão, na Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, a rua Washington 700, Centro, Guarujá, SEGAN, em data e horário da sua realização divulgada por mensagem no sistema no dia do pregão eletrônico.

12.2 As amostras deverão ser identificadas com etiqueta contendo: razão social da licitante, número do processo administrativo e número do pregão e número do item.

12.3 As amostras deverão ser das mesmas marcas apresentadas na Proposta Comercial e apresentar as especificações constantes neste Termo de referência.

12.4 As amostras serão avaliadas por Comissão formada por no mínimo três servidores (sempre em número ímpar) da Unidade Requisitante.

12.5 Será de responsabilidade da equipe de comissão verificar o atendimento às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e teste organoléptico, através de critérios objetivos.

12.6 Quaisquer custos de remessa de amostra para a aprovação correrão por conta da licitante vencedora.

12.7 A reprovação da amostra do item deverá ser justificada no relatório, atendendo os critérios objetivos previamente definidos pela mesma. Os critérios abrangerão a fidelidade da amostra às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e ao teste organoléptico.

12.8 Em caso de reprovação da amostra, não haverá nova oportunidade para substituição da mesma.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b>  ESTADO DE SÃO PAULO  SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL  Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>16 de 25</b>

12.9 As amostras consideradas reprovadas estarão disponíveis às respectivas empresas para retirada após a homologação do certame, no prazo máximo de 30 dias, na SEGAN.

12.10 As amostras aprovadas serão fotografadas e descartadas, uma vez que se trata de alimento perecível.

### 13 – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA E CONTRATANTE

#### 13.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se compromete a cumprir as obrigações abaixo descritas, além daquelas decorrentes direta ou indiretamente do presente ajuste:

- a) A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto do presente ajuste, conforme solicitação do CONTRATANTE, e de acordo com a proposta apresentada.
- b) Emitir relatórios de medição e Nota Fiscal/Fatura dos produtos entregues, que será enviada ao CONTRATANTE por conta própria ou por terceiro;
- c) Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pelo CONTRATANTE, concernente a execução do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários e comerciais resultantes da execução do ajuste, apresentando estas quitações à CONTRATANTE, sempre que requeridos, eximindo-a de qualquer responsabilidade neste sentido, sob pena de suspensão dos pagamentos das devidas referentes aos serviços prestados até a apresentação das referidas quitações.
- e) Declarar estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.
- f) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços ao CONTRATANTE, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho.
- g) Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b>  ESTADO DE SÃO PAULO  SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL  Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>17 de 25</b>

- h) Afastar ou substituir dentro de 24 horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação do CONTRATANTE, não deva continuar a participação da prestação de serviços.
- i) Refazer, imediatamente, todos os locais eventualmente danificados em decorrência da execução dos serviços, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE.
- j) Responder, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados.
- k) Comparecer, sempre que solicitada, a sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais.
- l) Observar, no decorrer do ajuste todos os termos da Lei Federal n. 14.133/21 e normas complementares.
- m) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a CONTRATANTE requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.
- o) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e fundiários, resultantes da execução do ajuste. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do ajuste, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.
- p) A CONTRATADA não poderá transferir, direito e/ou obrigações, no todo ou em parte, decorrente do presente ajuste, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- q) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender pronta e irrestritamente.
- r) Indicar o preposto encarregado de representá-la com exclusividade perante a contratante.
- s) Submeter-se a fiscalização e acatar as exigências da Contratante quanto ao fornecimento, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b>  ESTADO DE SÃO PAULO  SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL  Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>18 de 25</b>

- t) Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios resultantes da produção ou do transporte, conforme este termo de referência.
- u) Comunicar ao Contratante, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas em seus dados cadastrais, tais como endereço e telefone, bem como no contrato social, devendo apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.
- v) Comunicar, formalmente, com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias, a ocorrência de condições inadequadas para a entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação, apresentando justificativa, que poderá ser aceita ou não pela Contratante.
- x) Não utilizar o nome da Secretaria ou de suas unidades, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de cancelamento da ata e outras sanções previstas em lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é responsável em qualquer caso por danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer a CONTRATANTE, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por estarem autorizadas a permanecer no local do fornecimento, correndo por sua exclusiva despesa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos quer possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercido pela CONTRATANTE.

### 13.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.2.1 – A CONTRATANTE se compromete a cumprir as obrigações as abaixo descritas, bem como aquelas decorrentes direta ou indiretamente do presente ajuste:

- Designar profissional específico para fiscalização do ajuste.
- Fornecer a contratada, toda e qualquer informação que se fizer necessária para execução do objeto.
- Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos.
- Registrar formalmente as ocorrências, imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços.
- Comunicar, em tempo hábil, os superiores, os casos que ultrapassem sua competência para tomada de decisões e providências.
- Notificar, por escrito, a Contratada sobre ocorrências, imperfeições, falhas ou irregularidades para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.



 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>19 de 25</b>

- g) Informar a contratada, eventuais defeitos identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com o ajuste.
- i) Receber os produtos conforme especificado no Edital de Pregão Eletrônico e Termo de referência.
- j) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega dos produtos do objeto desta licitação.
- k) Aplicar a empresa vencedora às penalidades, quando for o caso.
- l) Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção.

## 14 – PENALIDADES

### 14.1 Sanções Administrativas:

14.1.1 Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa da empresa vencedora, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste regulamento:

14.1.1.1 Advertência.

14.1.1.2 Multas na forma prevista neste termo.

14.1.1.3 A empresa que, conforme disposto no artigo 155, da Lei Federal 14.133/21, der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a

contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 161, da Lei Federal nº 14.133/21, pelo prazo de até 03 (três) a 06 (seis) anos, consoante prevê o artigo 156 da referida legislação, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por ato exclusivo da Autoridade Competente, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Guarujá, que ocorrerá quando a empresa vencedora ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes, observado o término do prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

## 14.2 – Das Multas:

### 14.2.1 – Atraso na entrega

14.2.1.1 - O atraso, injustificado, para o **início da execução dos serviços**, sujeitará o contratado à multa diária de mora de **0,5%** (cinco décimos percentuais) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, a partir do 6º dia de início do ajuste, até o limite de 10 dias, a partir do 11º até o 30º dia de atraso será considerada **inexecução parcial da obrigação**, aplicando-se a multa equivalente.

14.2.1.1.1 Após o 31º dia de atraso do **início da execução dos serviços** será realizada a rescisão do ajuste, considerada **inexecução total da obrigação**, aplicando-se a multa equivalente, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais.

14.2.1.2 - O atraso, injustificado, **durante a execução dos serviços**, em relação aos prazos fixados, sujeitará o contratado à multa diária de mora de **0,5%** (cinco décimos percentuais) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, até o limite de 02 dias, a partir do 3º dia será considerada **inexecução parcial da obrigação**, aplicando-se a multa equivalente.

14.2.1.3 - A reincidência no atraso, injustificado, na entrega dos produtos será considerada **inexecução total da obrigação**.

14.2.1.4 O atraso, injustificado, **na entrega dos serviços**, em relação aos prazos fixados, sujeitará o contratado à multa diária de mora de **0,5%** (cinco décimos percentuais) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, até o limite de 30 dias.

14.2.1.4.1 O atraso, injustificado, na **entrega dos serviços**, por prazo igual ou superior a 31 (trinta e um) dias será considerada **inexecução total da obrigação**, aplicando-se a multa equivalente.

14.2.1.5 A reincidência no atraso, injustificado, na **entrega dos serviços** será considerada **inexecução total da obrigação**.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>21 de 25</b>

14.2.1.6 Quando a unidade de medida para a execução dos serviços for **hora**, deverão ser consideradas para aplicação de penalidades, o mesmo percentual de multas por dia de atraso.

#### **14.2.2 – Produto fora de especificação**

14.2.2.1 O descumprimento **do prazo de 2 (duas) horas** para **reposição dos produtos** entregues em **desacordo com as especificações contidas no termo de referência** acarretará a aplicação de **multa diária** equivalente a **0,5%** (meio por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, até o limite de 15 (quinze) dias, quando será considerada a **inexecução parcial da obrigação**.

14.2.2.2 O descumprimento do prazo de 2 (duas) horas para a reposição dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas no termo de

referência, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias será considerada **inexecução total da obrigação**.

14.2.2.3 - A reincidência no descumprimento do prazo de 02 (duas) horas para a reposição dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas no termo de referência será considerada **inexecução total da obrigação**.

#### **14.2.3 – Nota Fiscal Emitida com Falha**

14.2.3.1 - O descumprimento **do prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para substituição da **Nota Fiscal emitida com falhas**, acarretará a aplicação de **multa diária** equivalente a **0,5%** (meio por cento) do valor da **Nota Fiscal**, até o limite de 15 (quinze) dias, quando será considerada a **inexecução parcial da obrigação**, ensejando aplicação da multa equivalente.

14.2.3.2 - A reincidência no descumprimento do **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para substituição da **Nota Fiscal emitida com falhas** será considerada **inexecução total da obrigação**.

#### **14.2.4 – Cláusulas gerais**

14.2.4.1 - A recusa da empresa vencedora em **assinar o ajuste** se sujeita às penalidades de multa diária de **0,5%** (meio por cento) sobre o valor do contrato até o 10º (décimo) dia, caracterizando-se a **inexecução total da obrigação** a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no artigo da Lei nº 14.133/21.

14.2.4.2 Pelo **reiterado descumprimento** do ajuste, devidamente comprovados na forma da Lei 14.133/21, será aplicada multa equivalente a **0,5%** (cinco décimos percentuais) sobre o valor de cada **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, descumprida.

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>22 de 25</b>

14.2.4.3 Ensejará a rescisão do ajuste, o descumprimento de mais de **50%** (cinquenta por cento) do total de **Autorizações de Fornecimento/Ordem de Serviços** emitidas, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais.

14.2.4.4 Pela **inexecução total da obrigação** objeto da licitação será aplicada multa equivalente a **20%** (vinte por cento) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**.

14.2.4.5 Pela **inexecução parcial da obrigação** será aplicada multa equivalente a **10%** (dez por cento) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**.

14.2.4.6 Pelo descumprimento de qualquer cláusula do presente ajuste: 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, à época da infração;

14.2.4.7 A **não observância das especificações** solicitadas pela Administração na **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, sujeitará a empresa vencedora a multa no valor de **10%** (dez por cento) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

14.2.4.8 O fornecimento do **objeto em desacordo** com as especificações constantes do edital ou em **níveis de qualidade inferior** ao especificado no presente edital, sujeitará a empresa vencedora a multa de **10%** (dez por cento) do valor da **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço**, sem prejuízo da substituição do objeto e demais sanções aplicáveis.

14.2.4.9 Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado **procedimento administrativo específico**, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

14.2.4.10 As **multas são independentes** e não eximem o fornecedor vencedor da plena execução do objeto contratado.

## 15 – CRITÉRIOS E MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

### Recebimento

#### 15.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITE

A medição e o aceite do objeto contratado serão realizados em duas etapas (Recebimento Provisório e Definitivo), mediante a estrita verificação dos seguintes critérios:

##### 15.1.1 Critérios de Recebimento Provisório (Conferência no Ato da Entrega):

Critério	Detalhamento
----------	--------------

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>23 de 25</b>

<b>I. Conformidade Quantitativa</b>	Conferência da quantidade de unidades/peso por item solicitado na Ordem de Fornecimento. Será permitida a variação máxima de 10% para mais ou para menos.
<b>II. Conformidade com o Prazo e Local</b>	A entrega deve ocorrer no local e horário estipulados na Ordem de Fornecimento (Local indicado pela Contratante).
<b>III. Conformidade da Embalagem</b>	As embalagens devem estar intactas, lacradas, com identificação clara do produto, data de fabricação/validade e demais informações sanitárias exigidas.

#### 15.1.2 Critérios de Recebimento Definitivo (Conferência de Qualidade e Aceite):

Após o Recebimento Provisório, o Fiscal do Contrato terá o prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** para atestar o recebimento definitivo, com base nos seguintes critérios de qualidade:

<b>Critério</b>	<b>Detalhamento</b>
<b>I. Conformidade da Especificação</b>	Os produtos (Pão Francês, Pão Doce, etc.) devem atender rigorosamente às <b>Especificações Técnicas Mínimas</b> detalhadas no TR (ex.: Pão Francês com peso mínimo de 50g por unidade).
<b>II. Conformidade Organoléptica</b>	O produto deve estar <b>fresco</b> , com características sensoriais (sabor, cor, cheiro, textura) próprias e íntegras, sem presença de bolor, massa ressecada, ranço ou qualquer sinal de deterioração.
<b>III. Conformidade de Validade</b>	Para itens de consumo imediato (pão francês), deve ser <b>produção do dia</b> . Para itens embalados (pão de forma ...), a validade restante no ato da entrega não pode ser inferior a <b>70%</b> (setenta por cento) do prazo total de validade do produto.

**Glosa e Substituição:** A recusa de qualquer item por não conformidade (quantidade ou qualidade) implicará na **glosa** proporcional do valor da Nota Fiscal e na exigência de **substituição imediata** do lote recusado em até **02 (duas) horas**, sem ônus para a Contratante.

## 15.2 Liquidação

15.2.1 A Contratada deverá apresentar a **Nota Fiscal/Fatura** com o valor total correspondente às entregas do período (mês).

15.2.2 O pagamento será realizado somente após o **Recebimento Definitivo (atesto)** da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, que atestará o cumprimento integral e regular da entrega, com base nos critérios de medição.

15.2.3 A Contratada deve manter sua **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária** (CNDs) durante todo o período de execução.

## 15.3 Pagamento

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b> ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>24 de 25</b>

15.3.1 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a entrega dos produtos, mediante a apresentação dos originais da fatura e referência a nota de empenho, nos termos das normas vigentes do município, em especial a instrução normativa 01/2021 da Controladoria Geral do Município.

15.3.2 O prazo de pagamento será de 30(trinta) dias, a contar da data de emissão do recebimento definitivo do objeto descrito na fatura.

15.3.3 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

#### Reajuste

15.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura da ATA de Registro de Preços.

15.4.1 Após o interregno de um ano, e a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, após análise e deliberação do Contratante, pelo índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.4.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4.3 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.4.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão)

adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.4.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.4.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 16 - SECRETARIAS PARTICIPANTES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### Órgão:

07.01 / 07.02

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

**FONTE DE DESPESA: 01, 02, 92, 05 e 95 ELEMENTO DE**

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b>  ESTADO DE SÃO PAULO  SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL  Tel.: (13) 3308-7780   www.guaruja.sp.gov.br   sedcas.guaruja@gmail.com</p> 	<b>Edição:</b>	<b>01</b>
	<b>Data:</b>	<b>25/05/2026</b>
	<b>Revisão:</b>	<b>01</b>
	<b>Página:</b>	<b>25 de 25</b>

**DESPESA:** 3.3.90.30.00

Guarujá, 25 de maio de 2026.

Wagner Fabrício dos Santos Cruz

**Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional**

Fernando Antônio de Almeida Monte

**Secretário Interino Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social**